

PROJETO DE LEI Nº 5638, DE 2020

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19.

EMENDA DE PLENÁRIO

Acrescenta os seguintes dispositivos ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5638, de 2020:

Art. 8º

Parágrafo único. Fica estendido as empresas e profissionais de eventos na área de eventos sociais - aniversários, casamentos, casas de festa, locações de salões de festas, entre outros - e corporativos os efeitos da Lei 14.046, de 24 de agosto de 2020, no que diz respeito as medidas e prazos instituídos por aquela lei.

.....

Art. 10

§ 3º-A. Para as empresas enquadradas no Simples Nacional, as linhas de crédito previstas no inciso primeiro serão de no mínimo 100% (cem por cento) e no máximo 300% (trezentos por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, salvo no caso das empresas que tenham menos de 1 (um) ano de funcionamento, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até 100% (cem por cento) do seu capital social ou a até 300% (trezentos por cento) de 12 (doze) vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

.....

Art. 11

Parágrafo único. Até a publicação da regulamentação de que trata o caput desse artigo, as empresas e pessoas físicas prestadoras de serviços no setor de eventos, comprovarão as atividades ligadas ao setor, para efeitos de obtenção dos benefícios dessa lei, através de certidão emitida por associação representante do setor de eventos que esteja legalmente constituída a pelo menos 5 anos, sendo vedada a associação exigir qualquer pagamento ou associação para esse fim.

JUSTIFICATIVA

A relevância da emenda apresentada está fundamentada no atual cenário econômico vivido pelo setor de eventos e pelas dificuldades que o setor



vem enfrentado em decorrência dos efeitos de combate à pandemia da covid-19.

A lei 14.046/2020 instituiu medidas apenas para a área de eventos culturais e turísticos o que deixou a descoberto as empresas em geral de realização de promoção de eventos sociais que ficaram a descoberto no tocante a suas obrigações em caso de cancelamentos ou devolução. Cabe destacar que a empresa de eventos sociais inoperante a 11 meses não possui sequer receita ou capital para promover devolução em massa de valores já pagos pelos clientes, especialmente quando essa devolução deve se dar à vista. Órgãos como Procons tem insistido na ausência de regra que impeça a devolução à vista e diversas ações tem sido movidas no judiciário visando recebimento de valores decorrentes de cancelamento gerando sérios riscos de inviabilidade do negócio.

No que tange as empresas optantes pelo simples nacional, estas são de menor porte e com isso as mais afetadas pela pandemia por possuir menor fluxo de caixa e conseqüentemente menos reserva financeira, sendo que em sua maioria sequer possuem capital de giro constituído para dar conta da totalidade dos compromissos existentes ao longo do ano de 2020 com a paralização integral de suas atividades.

Outro importante ponto refere-se ao prazo de 60 dias para regulamentação do CNAE que pode condicionar as instituições financeiras a exigir a comprovação de empresas ligadas ao setor de eventos apenas por essa inscrição o que inviabilizaria os efeitos da lei para empresas que não tem sua atividade cadastrada como eventos (que é o caso de higienistas, seguranças, entre outros), por mais tempo até haver regulamentação operando assim uma ineficácia imediata das medidas propostas na lei. A ideia é que as associações civis regularmente constituídas nesse setor e já reconhecidas por seu tempo de atuação como a AGEPEs (9 anos de existência) possam emitir certidão atestando que a empresa pertence ao setor. Além disso, promoverá uma melhor aproximação do setor e um melhor conhecimento de quem atua nessa área. A regra de não exigência de associação ou valores se deve a preservação do direito constitucional a livre associação estampada no artigo 5º da CF.

Em vista do exposto, peço o apoio de nossos Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2021.



Deputado JERÔNIMO GOERGEN





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Jerônimo Goergen)

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19.

Assinaram eletronicamente o documento CD210580320000, nesta ordem:

- 1 Dep. Jerônimo Goergen (PP/RS)
- 2 Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS) - VICE-LÍDER do PDT
- 3 Dep. Felipe Carreras (PSB/PE)
- 4 Dep. Cacá Leão (PP/BA) - VICE-LÍDER do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PROS, PTB, PODE, PSC, AVANTE, PATRIOTA *-(p_7731)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.